

# Solução PPR Zurich

## Condições Pré-contratuais

A Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A., entidade legalmente autorizada a exercer a atividade seguradora no Ramo Vida, com sede em Portugal, na Rua Barata Salgueiro, 41 – 1269-058 Lisboa, comercializa a **Solução PPR Zurich**, uma solução de seguro de vida individual, cujas características se apresentam nas seguintes Condições Pré-Contratuais:

### Garantias

A **Solução PPR Zurich** garante o pagamento ao beneficiário:

- a) Em caso de Vida da pessoa segura no final do contrato, de um capital igual ao montante atingido pela Conta Poupança;
- b) Em caso de Morte da pessoa segura antes do final do contrato, de um capital igual ao montante atingido pela Conta Poupança à data da morte.

### Constituição da Conta Poupança

A Conta Poupança é constituída por:

- a) Crédito dos prémios líquidos de encargos na data da sua cobrança;
- b) Crédito dos juros técnicos calculados à taxa garantida sobre a totalidade da Conta Poupança;
- c) Crédito anual da Participação nos Resultados;
- d) Débito anual dos encargos para despesas de gestão;
- e) Débito de eventuais reembolsos parciais;

A Zurich informará anualmente o tomador do seguro, com base nos valores em 31 de Dezembro, ou sempre que este o solicite, do valor da sua Conta Poupança e do Valor de Resgate.

### Dever de informação do tomador do seguro e/ou pessoa segura

O tomador do seguro e/ou a pessoa segura estão obrigados, sempre que solicitado, antes da celebração do contrato ou de qualquer alteração ou entrega, a cumprir o dever de identificação dos intervenientes no contrato e a prestar todas as informações necessárias à completa avaliação da operação em causa.

### Prémios

Os prémios são definidos pelo tomador do seguro e devidos antecipadamente, por uma só vez ou anualmente podendo a periodicidade de pagamento dos prémios ser também mensal, bimestral, trimestral ou semestral de acordo com o solicitado pelo tomador do seguro e desde que este satisfaça os encargos de prémio mínimo devidos.

Para além do prémio contratado, são permitidos, mediante acordo com a Zurich, durante a vigência do contrato, em qualquer momento, prémios suplementares.

### Comissões

Serão suportadas pelo tomador do seguro, as comissões de gestão, que correspondem a uma taxa anual de 1% e incidem sobre o saldo da conta poupança.

### Taxa de Juro Mínima Garantida

A presente solução garante uma Taxa de juro mínima em cada ano civil, cujo valor é igual a 80% da média da taxa Euribor a 12 meses durante o mês de Dezembro do ano civil anterior e que não pode ser superior a 4%.

### Participação nos Resultados

Anualmente, a Zurich apurará os resultados globais decorrentes da gestão dos contratos **Solução PPR Zurich** de acordo com a Conta de Resultados do Plano de Contas para as Empresas de Seguros líquida de impostos. Do conjunto dos resultados obtidos, um mínimo de 75% será creditado à conta de Provisão para Participação nos Resultados respeitante ao contrato.

A Participação nos Resultados a que houver lugar, será distribuída individualmente por todos os contratos em vigor no último dia do ano transato, mediante o cálculo de uma taxa de rendimento a ser aplicada à Conta Poupança.

Os ativos representativos das provisões matemáticas cuja composição obedece ao legalmente estabelecido, são objeto de investimento autónomo conjuntamente com as restantes modalidades PPR existentes na Zurich.

### **Natureza e Regras para a Formação da Carteira de Investimento dos Ativos Representativos das Provisões Matemáticas**

Na composição do património do fundo, a Zurich terá sempre em conta os objetivos e finalidades a suportar pelo mesmo, assegurando a observância do princípio de dispersão de riscos, bem como a segurança, o rendimento e a liquidez das aplicações efetuadas.

O património do fundo poderá ser constituído por valores mobiliários, participações em instituições de investimento coletivo, instrumentos representativos de dívida de curto prazo, depósitos bancários ou outros ativos de natureza monetária, por terrenos e edifícios e créditos decorrentes de empréstimos hipotecários sujeitos aos limites previstos nas alíneas seguintes:

- a)** Um máximo de 40% pode ser representado por ações, por obrigações convertíveis ou que confiram direito à subscrição de ações, ou ainda por quaisquer outros instrumentos que confiram o direito à sua subscrição, ou que permitam uma exposição aos mercados acionistas, designadamente warrants e participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por ações;
- b)** Sem prejuízo do limite estabelecido na alínea anterior, o investimento nos valores mobiliários aí previstos e em instrumentos com natureza de obrigações, com exceção das participações em instituições de investimento coletivo, que não se encontrem admitidos à negociação numa bolsa de valores ou em mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou noutros mercados de outros Estados membros da OCDE com funcionamento regular, reconhecidos e abertos ao público, não poderá representar mais de 10%;
- c)** Um máximo de 20% poderá ser representado por instrumentos representativos de dívida de curto prazo, depósitos bancários e/ou outros instrumentos monetários;
- d)** Sem prejuízo do disposto na alínea a), um máximo de 5% poderá ser representado por participações em instituições de investimento coletivo em valores mobiliários que não respeitem os requisitos de legislação adotada por força da Diretiva do Conselho n.º 85/611/CEE, de 20 de Dezembro;
- e)** Um máximo de 20% poderá ser representado por aplicações em terrenos e edifícios e em unidades de participação em fundos de investimento imobiliário;
- f)** Um máximo de 20% pode ser constituído por créditos decorrentes de empréstimos hipotecários.

O património do fundo deve observar ainda os seguintes limites de dispersão:

- a)** No seu conjunto, os valores mobiliários e o papel comercial emitidos por uma mesma sociedade e os empréstimos concedidos a essa mesma sociedade não poderão representar mais de 10%;
- b)** O limite na alínea anterior será de 15% relativamente ao conjunto das sociedades que se encontrem entre si ou com a entidade gestora em relação de domínio ou de grupo, incluindo neste limite os depósitos em instituições de crédito em relação idêntica.

Poder-se-á recorrer a técnicas e instrumentos adequados à gestão dos fundos de poupança, mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados, operações de reporte e empréstimo de valores, nas condições e limites definidos na Lei para os seguros do ramo "Vida".

A Zurich Vida exercerá o seu direito de voto nas Assembleias-Gerais das sociedades em que o Fundo detenha participações sociais, quando considerar ser vantajoso o exercício desse direito. Em cada momento, a Zurich Vida avaliará qual o sentido de voto que melhor defende os interesses dos tomadores dos seguros, tendo como objectivo a criação de valor e robustez financeira das empresas em que o Fundo participa.

### **Beneficiários**

São beneficiários do contrato, em caso de Vida, a pessoa segura e, em caso de Morte, os beneficiários designados pelo tomador do seguro, relativamente aos quais, caso não sejam os herdeiros legais, devem ser fornecidos os elementos que os identifiquem, designadamente o nome completo, a morada e os números de identificação civil e fiscal.

Se o beneficiário do contrato for irrevogável, o mesmo deverá formalmente fazer a aceitação do benefício, ficando o exercício dos direitos contratuais do tomador do seguro sujeito ao prévio acordo escrito do beneficiário aceite para a alteração, denúncia, resolução ou qualquer operação relativa ao contrato.

### **Consequências da falta de pagamento dos prémios**

Se o pagamento do prémio não for efetuado na data do seu vencimento, a Zurich, após comunicação ao tomador do seguro, procederá com efeito à data de vencimento do primeiro recibo em falta, à redução ou à resolução do contrato conforme se trate de um recibo continuado ou novo.

Sempre que a falta de pagamento do prémio ocorra em contratos com beneficiário irrevogável, a Zurich dará conhecimento desse incumprimento ao beneficiário.

### **Redução e Reembolso**

O contrato, após a efectiva liquidação de um prémio, regular ou único, adquire direito ao Valor de Redução. Em caso de redução do contrato, a conta poupança continuará a ser movimentada nos termos previstos com exceção do crédito dos prémios.

O Valor de Reembolso é igual ao valor da Conta Poupança existente à data da receção do respetivo pedido, por escrito, nos escritórios da Zurich, sem prejuízo de qualquer outra data, posterior, que seja solicitada pelo tomador do seguro. Caso o reembolso, total ou parcial, seja efetuado fora das condições prevista na Lei, o seu valor é deduzido da comissão de reembolso de 2%. A efetivação de reembolsos parciais, ocasionará automaticamente, um reajustamento da Conta Poupança. O reembolso total produz a anulação do contrato desde a data em que foi solicitado.

## Condições de Reembolso

O Beneficiário do Contrato pode, antes do termo do prazo previsto no Contrato, solicitar o Reembolso do valor da Conta Poupança nos seguintes casos:

- a) Reforma por velhice da Pessoa Segura;
- b) Desemprego de longa duração da Pessoa Segura ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar;
- c) Incapacidade permanente para o trabalho da Pessoa Segura ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar, qualquer que seja a sua causa;
- d) Doença grave da Pessoa Segura ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar;
- e) A partir dos 60 anos de idade da Pessoa Segura;
- f) Em caso de morte da Pessoa Segura;
- g) Em caso de morte do cônjuge da Pessoa Segura.

O reembolso efetuado ao abrigo das alíneas a) e e) do número anterior só se pode verificar quanto a entregas relativamente às quais já tenham decorrido pelo menos cinco anos após as respetivas datas de aplicação pelo Tomador do Seguro. Decorrido esse prazo, a Pessoa Segura pode solicitar o reembolso da totalidade do valor da Conta Poupança, se o montante das entregas efetuadas na primeira metade da vigência do contrato representar, pelo menos, 35% da totalidade das entregas.

Estas condições aplicam-se igualmente às situações de reembolso previstas nas alíneas b) a d), nos casos em que o sujeito em cujas condições pessoais se funde o pedido de reembolso se encontrasse, à data de cada entrega, numa dessas situações.

Para efeitos das alíneas a) e e), nos casos em que por força do regime de bens do casal, o contrato PPR seja um bem comum, releva a situação pessoal de qualquer um dos cônjuges.

Para efeitos da alínea g) e, por força do regime de bens do casal, o contrato PPR seja um bem comum, pode ser exigido pelo cônjuge sobrevivente ou demais herdeiros o reembolso da quota-parte respeitante ao falecido.

Fora das situações previstas anteriormente, o reembolso pode ser exigido a qualquer tempo, nos termos contratualmente estabelecidos e com as consequências previstas nos números 4 e 5 do artigo 21º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

## Transferência

O tomador do seguro ou a pessoa segura, nos casos em que o tomador do seguro seja uma pessoa coletiva, podem em qualquer momento solicitar a transferência parcial ou total do contrato para outra Seguradora ou para uma Sociedade Gestora de Fundos de Pensões. O valor a transferir corresponde ao valor do saldo da conta poupança deduzido de uma comissão de transferência de 0,5%.

## Duração do contrato, denúncia e livre resolução

A duração do contrato é definida pelo tomador do seguro e consta nas condições particulares do mesmo.

O contrato pode ser livremente denunciado por qualquer das partes com efeito na data da renovação do contrato, ou a todo o tempo pelo tomador do seguro, desde que comunicada nos termos acordados e com trinta dias de antecedência relativamente à data da produção dos seus efeitos.

Caso o contrato tenha adquirido o direito de reembolso, extinguem-se os efeitos do mesmo com o pagamento do saldo total da conta poupança.

O tomador do seguro, desde que não seja uma pessoa coletiva, dispõe de um prazo de trinta dias, a contar da receção da Apólice, para, através de documento escrito, resolver o contrato sem invocar justa causa, ficando o contrato sem efeito desde o seu início e a Zurich com o direito de ser reembolsada dos custos de desinvestimento que tiver suportado, bem como do custo da apólice se for caso disso.

## Regime de transmissão do contrato

O tomador do seguro, não sendo pessoa segura e cumprindo as formalidades definidas no contrato, pode transmitir a sua posição contratual a um terceiro, que assim fica na posse de todos os direitos e deveres que correspondiam àquele perante o segurador.

## Regime Fiscal

O contrato ficará sujeito ao regime fiscal previsto na Lei, não recaindo sobre a Zurich qualquer ónus, encargo ou responsabilidade em consequência de alteração legislativa.

## Regimes Legais de Comunicação e Troca obrigatória e Automática de Informação Financeira

O contrato encontrar-se-á sujeito aos regimes legais de comunicação e troca obrigatória e automática de informação financeira no âmbito de diversos mecanismos de cooperação internacional e de combate à evasão fiscal. Neste enquadramento, a Zurich encontra-se obrigada a desenvolver diligências para identificar a(s) residência(s) fiscal(ais) dos intervenientes no contrato, pessoas singulares ou coletivas, com direito a aceder ao valor resultante do saldo do contrato, com poderes para alterar os beneficiários do contrato ou com direito a receber qualquer outro pagamento nos termos do contrato.

A identificação dos intervenientes no contrato é efetuada aquando da contratação, através do preenchimento integral da proposta de seguro, e ao longo da vida do contrato. Sempre que solicitado pela Zurich, os intervenientes do contrato devem efetuar de forma precisa a declaração

sobre a sua residência fiscal (autocertificação). Tais dados destinam-se a ser comunicados à(s) autoridade(s) fiscal(ais) competente(s) do(s) país(es) de residência fiscal do(s) titular(es) dos dados.

Consoante aplicável, a Zurich encontra-se obrigada a reportar dados de identificação dos intervenientes no contrato, bem como dados do contrato à Autoridade Tributária e Aduaneira.

O tomador do seguro encontra-se obrigado a comunicar à Zurich quaisquer alterações relativas à identificação dos intervenientes no contrato, nomeadamente a aquisição do estatuto de contribuinte no estrangeiro. Neste caso, o tomador do seguro deve fornecer à Zurich todos os elementos que lhe sejam solicitados.

A Zurich pode, em qualquer momento, solicitar a atualização dos dados dos intervenientes no contrato, caso verifique a existência de informação que os relacione com um país estrangeiro, designadamente indícios de nacionalidade, naturalidade, morada, morada de correspondência, endereço de email ou número de telefone estrangeiros. Caso não sejam fornecidos os elementos solicitados no prazo de 90 dias a contar da data do pedido da Zurich, será o contrato tratado como sendo sujeito a comunicação.

Considerando que o presente regime legal e a respetiva interpretação não são estáticos, podendo ser alterados a qualquer momento, a Zurich reserva-se o direito de solicitar documentação adicional ao tomador do seguro e/ou apresentar-lhe proposta de modificação do contrato com vista a conformar o mesmo com as alterações legais ou regulamentares, novas leis ou regulamentos ou a nova interpretação dada às mesmas.

### **Modo de efetuar reclamações e autoridade de supervisão**

As reclamações poderão ser efetuadas através de correio eletrónico ou postal, para a sede da Zurich – Companhia de Seguros Vida, S.A..

Poderá haver recurso aos tribunais comuns e centros de arbitragem, quando aplicáveis, para a resolução de qualquer litígio. A presente convenção em nada exclui ou limita a possibilidade das partes recorrerem da decisão arbitral nos termos gerais de Direito, termos em que apenas se tem por aplicável onde e na medida em que tal faculdade não surja tolhida ou de alguma forma afetada por regulamento.

A supervisão da atividade seguradora é exercida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ([www.asf.com.pt](http://www.asf.com.pt)).

### **Regime relativo à Lei aplicável**

As partes podem escolher a Lei aplicável ao contrato, quer à totalidade, quer apenas a uma parte do mesmo, assim como alterar, em qualquer momento, a Lei aplicável, sujeitando o contrato a uma Lei diferente. Todavia, a mesma só pode recair sobre Leis cuja aplicabilidade corresponda a um interesse sério ou esteja em conexão com alguns elementos do contrato de seguro.

As disposições imperativas em matéria de contrato de seguro que tutelem interesses públicos, designadamente de consumidores ou de terceiros, regem imperativamente a situação contratual, qualquer que seja a Lei aplicável, mesmo quando a sua aplicabilidade resulte de escolha das partes.

Salvo convenção em contrário, a Lei aplicável à Solução PPR Zurich é a Portuguesa.

### **Relatório sobre a solvência e a situação financeira**

O relatório sobre a solvência e a situação financeira da Zurich será anualmente publicado na internet no sítio da Zurich Portugal.